

MOVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA: A ORGANIZAÇÃO DOS ATINGIDOS POR BARRAGEM NO LAGO DE TUCURUÍ-PA

Ilcéia de Sousa Miranda¹
Iglese Maria de Sousa Miranda²
Oberdan da Silva Medeiros³

RESUMO

Este estudo tem como propósito analisar a postura dos movimentos sociais na conjuntura atual, tanto nacional quanto global. O enfoque principal está na análise das perspectivas que se opõem às políticas de desenvolvimento e como elas buscam alcançar seus objetivos. Optamos por traçar um panorama histórico da questão, especialmente relacionado à geração de energia por meio da construção de hidrelétricas. Nosso objetivo é investigar a trajetória percebida pelo MAB como um movimento popular, examinando sua autonomia organizacional em nível local (Região do Entorno do Lago de Tucuruí) em comparação com sua estrutura nacional. Foram identificados os fatores que levam os afetados a se mobilizarem em prol de seus direitos, sem distinção de fronteiras nacionais, raça, gênero, religião ou filiação política, que possam influenciar o movimento. Também examinamos o confronto na definição de posturas que orientam as responsabilidades dos diversos atores sociais e suas interações institucionais, bem como a situação geral da sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos. Movimento social. Amazônia.

SOCIAL MOVEMENT AND CITIZENSHIP: THE ORGANIZATION OF THOSE AFFECTED BY DAMS IN THE LAKE OF TUCURUÍ-PA

SUMMARY

This study aims to analyze the stance of social movements in the current context, both nationally and globally. The main focus is on examining the perspectives that oppose development policies and how they strive to achieve their goals. We chose to outline a historical overview of the issue, particularly concerning energy generation through the construction of hydroelectric plants. Our objective is to investigate the trajectory perceived by the MAB as a popular movement, examining its organizational autonomy at the local level (Surrounding Region of the Tucuruí Lake) in comparison to its national structure. Factors that lead those affected to mobilize for their rights were identified, regardless of national borders, race, gender, religion, or political affiliation, which may influence the movement. We also examined the confrontation in defining stances that guide the responsibilities of various social actors and their institutional interactions, as well as the overall situation of society.

Keywords: Rights. Social movement. Amazon.

Data de submissão: 05.10.24

Data de aprovação: 10.12.24

INTRODUÇÃO

Sem dúvida, confirma-se a relevância atribuída aos movimentos sociais nos tempos atuais. Esse reconhecimento motivou a realização de um estudo sobre o Movimento dos

¹ Pós-graduanda em Saberes e Fazeres Afro-Brasileiras e Indígenas na Amazonia. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA-Tucuruí). E-mail: mirandailcelia@gmail.com

² Pós-graduanda em Saberes e Fazeres Afro-Brasileiras e Indígenas na Amazonia. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA-Tucuruí). E-mail: mirandailcelia@gmail.com

³ Professor efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará-IFPA, Doutor em Educação pela Universidade Federal do Pará (PPGED/UFPa). E-mail: oberdan.medeiros@ifpa.edu.br

Atingidos por Barragem (MAB) e seu impacto no Brasil, com foco específico na Região do Entorno do Lago de Tucuruí. Nosso objetivo é promover uma discussão que destaque a dimensão humana das pessoas afetadas por grandes empreendimentos como as barragens. A proposta de pesquisa aborda a questão dos Atingidos por Barragem (MAB) como uma entidade social e sua luta pelos direitos. Conforme Bobbio (2004, p. 06),

O reconhecimento e a proteção dos direitos do homem estão na base das Constituições democráticas modernas. A paz, por sua vez, é o pressuposto necessário para o reconhecimento e a efetiva proteção dos direitos do homem em cada Estado e no sistema internacional (BOBBIO, 2004, p. 06).

O objetivo do trabalho foi demonstrar como os movimentos sociais estão sendo planejados tanto no Brasil quanto no mundo, com ênfase na análise das perspectivas relacionadas aos propósitos das políticas de desenvolvimento, e como esses movimentos buscam atingir seus objetivos. Especificamente, realizamos uma contextualização histórica da emergência do MAB, relacionando-o ao modelo de geração de energia e à construção da hidrelétrica de Tucuruí, no Pará.

O contexto histórico remonta ao desenvolvimentismo associado aos Grandes Projetos para a Amazônia, onde o MAB nacional emergiu com sua militância, seguido por um estágio em que o MAB local se articula politicamente em relação ao MAB nacional. Para isso, utilizamos três categorias que auxiliam na compreensão da discussão: projeto, ideologia e organização hierárquica.

Os movimentos sociais são considerados um objeto de extrema importância e são alvo de muitas pesquisas científicas na área social contemporânea. Eles representam uma ação conjunta de homens e mulheres que seguem uma determinada visão de mundo e têm como objetivo alterar e/ou proteger as relações sociais, bem como a realidade em que vivem. Podem ser vistos como instrumentos de luta que buscam transformar a realidade ou manter o status quo. É importante destacar três elementos essenciais que especificam todos esses movimentos.

Em primeiro lugar, temos o Projeto, que representa uma visão de mundo ou uma proposta de um movimento, podendo ser benéfico para a mudança ou para a conservação das relações sociais, conforme definido anteriormente. Quando questionamos qual é o projeto de um determinado movimento, estamos nos referindo aos seus objetivos, metas e o que ele pretende alcançar. Em seguida, temos a Ideologia, que fundamenta o projeto e as práticas do movimento, revelando sua visão de mundo e definindo o sentido de suas lutas. A própria estrutura organizacional de um movimento reflete seu caráter ideológico. Por fim, temos uma organização hierárquica, que pode ser descentralizada, não estando vinculada a nenhum órgão dirigente fixo ou previamente determinado. Nesse caso, a direção e organização podem ser realizadas de forma coletiva, com um revezamento contínuo entre os participantes, onde todos são considerados lideranças igualitárias. Essa forma de organização pressupõe a valorização de todos os membros do movimento, assim como a valorização de todas as tarefas a serem realizadas - tanto as relacionadas ao planejamento quanto às práticas - tornando-se assim o mais democrático possível.

É importante ressaltar que nem toda manifestação de caráter coletivo pode ser categorizada como movimento social. Por exemplo, eventos esportivos como partidas de futebol não se enquadram nessa definição, uma vez que não apresentam essencialmente projeto, ideologia e organização hierárquica.

O tema que abordamos foi escolhido por ser atual, exige reflexão ética e estar intrinsicamente ligado à vida cotidiana. Além disso, escolhemos este tema principalmente por estar intimamente relacionado à construção de direitos. Nele, observamos a diversidade das relações sociais, suas opções políticas e a luta de classes, além de promover posturas políticas voltadas para a inclusão social.

Neste contexto de geração de energia através da construção de hidrelétricas, surgem conflitos contrários que resultam em consequências negativas e questionamentos sobre a capacidade dos grandes projetos de contribuição rem positivamente para o desenvolvimento das regiões onde são implantados. Essas dúvidas estão especialmente relacionadas aos danos ambientais e à instabilidade econômica. Enquanto o Estado promove a implantação desses grandes projetos energéticos para atender às demandas da grande indústria nacional, surgem problemas socioambientais significativos. Um dos aspectos dignos de menção é a falta de consideração pelas relações sociais, econômicas e ambientais que se desenvolvem nas áreas afetadas por esses projetos. Nesse sentido, o Estado é visto como uma entidade incapaz de equilibrar melhor o projeto nacional. Frequentemente, esta proposta é concebida de maneira mais ampla, ultrapassando os interesses nacionais, devido aos benefícios das instituições transnacionais que se aproveitam desse cenário, negligenciando as demandas regionais. Isso contribui contraditoriamente para o agravamento das desigualdades.

Os resultados negativos, tanto ambientais quanto sociais, decorrentes desse modelo de desenvolvimento nas regiões onde são implementados, têm um impacto significativo na mobilização dos povos afetados, resultando em uma luta pelos direitos. Nesse processo de organização, surge o MAB, que se junta a outros movimentos que resistem por diversas causas, como o Movimento dos Sem Terra (MST), o Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA) e a Cáritas do Brasil.

O objetivo desta comunicação é relacionar a problemática levantada às consequências socioambientais no contexto do setor energético, destacando suas ramificações no potencial da região Amazônica. Além disso, enfatizamos o aspecto político da organização popular, que surge da necessidade de mobilização. Nesse sentido, a região do entorno do Lago de Tucuruí demonstra uma camada com outros ambientes onde esse processo de busca por direitos e cidadania se manifesta.

1 MAB NACIONAL

1.2 PRINCIPAIS MARCOS HISTÓRICOS

A luta do movimento começou na década de 1970, com focos locais de resistência e mobilização contra a construção das barragens. Em 1987, na Região Sul, foi estabelecido um acordo histórico com a Eletrosul e o Ministério de Minas e Energia, que definia critérios e cronogramas para o tratamento das populações atingidas, especialmente aqueles de Itá e Machadinho.

Em 1989, em Goiânia, ocorreu o I Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, marcando o início da articulação nacional do movimento. No mesmo ano, também aconteceu em Altamira o I Encontro Regional dos Trabalhadores Rurais Atingidos pelo Complexo Hidrelétrico do Xingu.

Em 1991, em Brasília, ocorreu o I Congresso Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, onde foi previsto o dia 14 de março como o Dia Nacional de Luta Contra as Barragens, e o MAB foi oficialmente reconhecido como um movimento nacional, popular e independente de luta contra a construção de barragens e em defesa dos direitos dos povos afetados.

Em 1996, ocorreu o III Congresso Nacional do MAB, no qual o movimento passou a lutar também pela questão ambiental e social. No ano seguinte, em 1997, em Curitiba, foi realizado o I Encontro Internacional dos Povos Atingidos por Barragens.

Em 1999, em Belo Horizonte, aconteceu o IV Congresso Nacional do MAB, onde foi firmado o compromisso de luta contra o modelo capitalista de sociedade e pela construção de um novo modelo energético. Em 2003, em Brasília, a especificação do MAB no I Encontro Massivo, reunindo os povos atingidos por barragens em uma manifestação de importação.

Em 2004, ocorreu a I Marcha Nacional, reunindo resultados de 15 estados sob o lema “Águas pela vida”. A caminhada durou 15 dias, partindo de Goiânia até Brasília, com o objetivo de fortalecer a unidade nacional entre seus membros e ampliar alianças com outros setores da sociedade.

Conforme Locatelli; Rocha (2013), esse movimento teve origem como uma extensão da Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB) na região Sul do país, especificamente na região do Alto Uruguai, durante a década de 1970. A CRAB era composta por pequenos agricultores, meeiros, arrendatários e trabalhadores rurais, e surgiu como um reflexo da exploração sistemática do potencial hidrelétrico da bacia. O principal objetivo desses grupos era buscar indenizações.

[...] das perdas a que estavam sujeitos com a construção das usinas”. Logo, adiante as famílias avançaram no debate da indenização no sentido de que tinham o direito de continuar na terra, sendo agricultores, produzindo seu próprio alimento. Ou seja, a indenização não poderia ser qualquer coisa, deveria garantir a permanência na terra. Por isso a principal bandeira de reivindicação passou a ser TERRA POR TERRA (MAB, 2013, p. 4).

Na visão da liderança, o MAB se estabelece como um movimento popular robusto, independente e organizado nos âmbitos local, regional e nacional. Seu propósito é reunir, discutir, esclarecer e organizar tanto os diretamente quanto os afetados por barragens, obras em andamento ou projetadas, em defesa de seus direitos. O movimento transcende fronteiras de países, cor, sexo, religião ou afiliação político-partidária.

O MAB é veementemente contra os planos que impõem a construção de grandes barragens, independentemente de serem estatais, privadas, financiadas por agências internacionais ou não. Ele promove a busca e a luta por alternativas para a geração e distribuição de energia. Além disso, encoraja a luta como um processo no qual os afetados gradualmente se conscientizam de sua situação, participam ativamente de sua organização e decidem coletivamente sobre seu destino com responsabilidade.

Nossa organização está presente em 26 estados. Temos um colegiado e uma coordenação nacional composta por 120 pessoas, além de uma liderança de 40 membros que atuam em todo o país. Cada estado possui sua própria liderança estadual, da qual eu e Adriana Brito fazemos parte. Nos municípios, há coordenações regionais responsáveis por várias localidades. A articulação ocorre desde a base até a liderança nacional. Atualmente, nenhum de nós de Tucuruí faz parte da liderança nacional, mas isso não significa que estamos desconectados. Temos uma sede em Belém, onde líderes estaduais também fazem parte da direção nacional, e é através deles que recebemos informações e mantemos o vínculo (ODERCIO MONTEIRO, representante do MAB Tucuruí, 10/05/2024).

O MAB reconhece como seus aliados todos os movimentos populares, em primeiro lugar aqueles que lutam pela reforma agrária e se solidariza com a luta de todos os atingidos por barragens no mundo e compreende o caráter internacional da luta contra grandes barragens, uma vez que os interesses que fomentam a indústria de grandes barragens são também internacionais. Numa palavra luta por direitos. Para a liderança:

O MAB é um movimento popular que luta por direitos, tanto no Brasil quanto internacionalmente. Defende a vida, o meio ambiente e a cultura. Na barragem de Tucuruí, por exemplo, a tribo dos Gaviões da Montanha foi deslocada e sua história quase esquecida. O MAB busca preservar essas tradições e apoiar aqueles que têm direitos afetados por grandes projetos (ODERCIO MONTEIRO, representante do MAB Tucuruí, 10/05/2024).

Este discurso destacado acima incide na ideia de Bobbio (2006) para o mestre italiano, não é possível dissociar os direitos da sua historicidade:

os direitos do homem constituem uma classe variável, como a história destes últimos séculos demonstra suficientemente...Não é difícil de prever que, no futuro, poderão surgir novas pretensões que no momento sequer podemos imaginar... O que demonstra que não existem direitos por natureza. O que parece fundamental numa época histórica e numa determinada civilização não é fundamental em outras épocas e em outras culturas (BOBBIO, 2006, p.19).

Para os próprios sujeitos envolvidos, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) é percebido como um movimento popular de massa, cujo objetivo é organizar toda a população afetada ou ameaçada pela construção de barragens, em prol da defesa dos direitos sociais e da contribuição para a construção de um novo modelo energético.

O MAB é visto como um movimento público independente que se opõe às políticas do setor energético, controladas pelo capital privado, e ao modelo capitalista neoliberal de sociedade. Seu propósito é claro, promover a consciência de classe e organizar as populações afetadas, capacitando-as a lutar pelos seus direitos.

O MAB é um movimento que defende a vida, o meio ambiente e um desenvolvimento econômico sustentável, diferentemente do impacto negativo causado pela barragem. A barragem proporcionou enormes subsídios à ALUNORTE e uma compensação inadequada aos municípios afetados. O MAB rejeita a simples distribuição de dinheiro, defendendo, em vez disso, projetos que gerem emprego e renda para aqueles que perderam suas propriedades. Em essência, o MAB luta pela vida e pelos direitos das pessoas (ODERCIO MONTEIRO, representante do MAB Tucuruí, 10/05/2024).

O papel do MAB inclui defender interesses, necessidades e direitos articulares dos povos frente às empresas, ao Estado e a outras organizações envolvidas na questão, buscando garantir, se possível, sua proteção na legislação. Além disso, o movimento visa construir uma política energética sob controle estatal e lutar contra o modelo capitalista neoliberal.

A luta é estimulada e organizada por meio de um processo contínuo de formação e mobilização, no qual os afetados vão gradualmente compreendendo sua realidade, tomando consciência de sua situação e participando ativamente na tomada de decisões sobre os rumos da vida coletiva.

Uma coisa é um direito; outra promessa de um direito futuro. Uma coisa é um direito atual; outra, um direito potencial; Uma coisa é ter um direito que é, enquanto reconhecido e protegido; outra é ter um direito que deve ser, mas que, para ser, ou para que passe do dever ser ao ser, precisa transformar-se, de objeto de discussão de uma assembléia de especialistas, em objeto de decisão de um órgão legislativo dotado de poder de coerção (BOBBIO, 2006, p. 81).

Os membros do MAB são principalmente camponeses, trabalhadores rurais sem terra, meeiros, parceiros, arrendatários, diaristas, posseiros, indígenas, quilombolas, pescadores e mineradores. O movimento define como "atingidos" todos aqueles que sofrem alterações em suas condições de vida devido à implantação de usinas hidrelétricas, independentemente de serem afetados diretamente ou indiretamente. Atualmente, além desses, o movimento inclui todos aqueles que abraçam a causa dos povos afetados e lutam pela construção de um novo modelo energético e de sociedade.

Conforme observado por NASCIMENTO (2003), o MAB não pode ser simplificado apenas como uma luta dos camponeses, embora esse grupo seja uma base do movimento. É evidente a participação de outros setores sociais que se unem na contestação do modelo de

desenvolvimento vigente no sistema capitalista, que inclui a expropriação do campesinato, destruição da natureza e a inserção em uma política industrial que posiciona o Brasil como grande exportador, principalmente de energia, nenhum circuito internacional.

1.2 MAB E SEUS OBJETIVOS DE LUTA

O MAB lidera as lutas contra a construção de grandes barragens, pois entende que esse modelo fortalece o capital privado e internacional. O movimento defende um modelo de desenvolvimento, produção e consumo de energia elétrica baseado em fontes alternativas e acessíveis a todos. Além disso, a luta pelos direitos dos atingidos à terra em assentamentos coletivos, promove o modelo agroecológico e cooperativo de produção e busca o desenvolvimento das comunidades afetadas, seja onde a barragem já foi construída, está em construção ou está sendo projetada.

De acordo com Grzybowski (1990) o MAB quer o:

(...) resgate de elementos sócio-culturais, definidores do grupo atingido, em associação à luta pela terra. Os atingidos, quando organizados em movimento, tendem a recusar a redução praticada na ação desapropriatória que vê tudo o que vai ser perdido sob as águas do lago como passível unicamente de uma avaliação e uma indenização monetária. Por isto, os movimentos surgem, geralmente, por desacordo na avaliação, propondo a justa indenização, e avançam para propostas de terra por terra e acabam, como no caso das barragens programadas para o Rio Uruguai, numa oposição radical à própria construção. Neste processo de radicalização das propostas dos movimentos, a defesa da terra e a oposição as barragens aparecem como uma defesa de um espaço social e culturalmente organizado, com relações de parentesco, vizinhança e amizade, com suas escolas, igrejas e cemitérios (GRZYBOWSKI, 1990, p. 26).

Na narrativa da liderança percebe-se um avanço com relação à integração à agenda reivindicatória do movimento, assim como ao funcionamento interno:

No início, os líderes não remunerados recebiam 250 reais, sem saber a origem dos recursos. Mais tarde, ao assumir cargos de liderança em diferentes níveis, o movimento recebia apoio financeiro de ONGs internacionais, muitas delas ligadas à igreja, que valorizam os movimentos sociais por sua luta em prol da sociedade. Ele refuta a ideia de que a igreja financia atividades criminosas (ODERCIO MONTEIRO, representante do MAB Tucuruí, 10/05/2024).

O MAB se posiciona firmemente contra a privatização das águas e da política energética, argumentando que a água e a energia são bens sociais e estratégicos para a soberania nacional, o desenvolvimento da sociedade e os direitos de todos. Defende que o controle desses recursos deve ser exercido pelo Estado, com a participação da sociedade civil, especialmente dos afetados.

Além disso, o movimento se opõe ao modelo capitalista neoliberal de sociedade e defende a construção de um projeto socialista para o Brasil. Ele participa e fortalece diversas lutas sociais, como a oposição à ALCA, aos transgênicos, à privatização da água, e apoia a Reforma Agrária, o rompimento com o FMI e o cancelamento do pagamento da dívida externa, todos convergindo para a construção de uma sociedade socialista.

O MAB propõe uma série de alternativas para a geração de energia, incluindo o aproveitamento da biomassa (como o bagaço de cana-de-açúcar, casca de arroz, serragem e resíduos de papel e celulose), energia eólica (com potenciais em estados como Ceará, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul), repotenciação de antigas usinas hidrelétricas, produção de energia solar e fotovoltaica (com destaque para a bacia do

rio São Francisco), e a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas, com área inundada pelo reservatório menor que 3 km².

1.3 QUANTO AOS PRINCÍPIOS E VALORES BÁSICOS

Os princípios são fundamentais para a organização do movimento e estão fundamentados nos princípios de organização nacional. O movimento é independente, de base, de massa e de militantes, buscando conquistar e garantir os direitos imediatos e históricos da classe trabalhadora afetada pelas barragens. Um dos pilares é a elaboração de um modelo energético alternativo e popular, promovendo o acesso de toda a população e considerando a preservação dos recursos naturais. A articulação política e a solidariedade são cruciais, envolvendo pessoas de diversas classes sociais engajadas no mesmo objetivo em níveis regionais, nacionais e internacionais. O movimento é orientado pelo socialismo, sendo contrário ao modelo capitalista de sociedade e a qualquer forma de exploração e opressão. Quanto aos valores, estes revelam a identidade do movimento, de seus militantes e colaboradores, reforçando e consolidando sua base. Inclui valores como solidariedade, honestidade, espírito de sacrifício, igualdade, liberdade e indignação.

1.4 A POLÍTICA ENERGÉTICA NA AMAZÔNIA: O CASO TUCURUÍ

Durante a Ditadura Militar, que começou em 1964, especialmente na década de 1970, o Brasil viu a implementação de um novo modelo de “desenvolvimento” e ocupação territorial. Nesse período, o país experimentou uma perspectiva econômica positiva e uma urbanização crescente. A prioridade passou a ser a execução de grandes projetos, liderados pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento. Foi então que se iniciou o debate sobre a necessidade de estabelecer um amplo programa de investimento e expansão da matriz energética, considerada essencial.

A construção de hidrelétricas tornou-se uma solução central para a questão energética, sendo fortemente defendida pelo Estado brasileiro na época. Esse movimento já ganhava força mundialmente desde os anos 1950 em países com potencial hidrológico. A dinâmica econômica global, no contexto da divisão internacional do trabalho, tornou-se favorável para esses países em desenvolvimento.

As principais justificativas para o uso da energia hidrelétrica incluíam o baixo custo de geração, a baixa poluição e as vantagens do potencial hidrológico natural. Isso permitiu desenvolver projetos de irrigação em áreas áridas e semiáridas, além de fornecer água para fins residenciais e industriais.

A região Amazônica, devido à sua importância, ocupa uma posição de destaque na nova ordem político-econômica global. As repercussões têm sido significativas para sua estruturação, pois a implantação de grandes projetos exige que sejam considerados enormes objetos técnicos (Santos, 1994). Nesse contexto, foram criados ambientes tecnicamente densos.

Segundo Rocha (2002), o setor público foi um dos principais investidores na região, promovendo o desenvolvimento econômico através da industrialização e da expansão de infraestrutura e serviços públicos. Essa proposta ocorria sob a ótica do planejamento e intervenção do Estado nacional da época. O movimento, de caráter desenvolvimentista, tinha como ideia central um planejamento que se confundia com a expansão do capitalismo.

Nesse contexto, a Amazônia foi integrada ao sistema capitalista com um novo ciclo de investimentos, focado em criar subsídios para o desenvolvimento industrial e tornar a região economicamente atraente. Esse modelo de desenvolvimento, centrado na geração de energia,

tem beneficiado o capital privado em detrimento das condições de vida do povo amazônico. Isso evidencia a ligação estreita entre esse processo e o desenvolvimento do capitalismo.

Araujo (2009) destaca as práticas executadas pelo Estado em relação ao projeto de produção de energia da hidrelétrica de Tucuruí, enfatizando sua abordagem estratégica. O autor ressalta que a escolha do local foi deliberada devido às características hidrográficas e geomorfológicas da região, que incluem vazão anual e grandes trechos de cachoeiras, além da baixa ocupação populacional, que favoreceu o uso eficiente da água na geração de energia. A hidrelétrica de Tucuruí tornou-se a segunda maior do Brasil, como parte do desenvolvimentismo do período militar, embora tenha custado US\$ 8,77 bilhões, quatro vezes mais do que o planejado em 1975. Sua inauguração ocorreu em 1984, marcando o início de uma nova era para toda a região do entorno do Lago de Tucuruí e sua Usina Hidrelétrica (UHE). A UHE foi colocada em operação em 10 de novembro de 1984 e inaugurada em 22 de novembro de 1984.

O lago da Usina Hidrelétrica de Tucuruí começou a ser formado em setembro de 1984 e, em 266 dias (em 30 de maio de 1985), atingiu a cota de 72 metros, completando a previsão da primeira etapa. Seu reservatório inicialmente previa a inundação de 1630 km² de área, porém acabou inundando 2850 km², e posteriormente foi ampliado para 3007 km² na segunda etapa. O lago tem um comprimento de cerca de 170 km ao longo do curso do rio, com uma largura média de 14,3 km e máxima de 40 km.

As consequências do projeto incluem a desestabilização dos modos de vida das populações tradicionais, indígenas e ribeirinhas. Estima-se que cerca de 20 mil pessoas, de acordo com Filho (2006), não tenham sido devidamente atendidas em relação ao ressarcimento de seus direitos. Muitas das promessas feitas não foram cumpridas, o que levou ao surgimento do Movimento dos Atingidos por Barragens na região do lago da UHE de Tucuruí, articulado com o MAB nacional, lutando por tais direitos.

2 MAB TUCURUÍ: DA CONSTRUÇÃO DA UHE A MOBILIZAÇÃO DOS ATINGIDOS

Com o fechamento da barragem, a população dos nove municípios ao redor do projeto da hidrelétrica de Tucuruí teve seu cotidiano alterado, especialmente com o fim da pesca, afetando ribeirinhos, indígenas e outros moradores. Como resultado, houve migração para novas áreas, especialmente para as ilhas que se formaram com o lago.

O MAB local teve início após o fechamento da barragem em 1984, por meio de uma articulação entre o MAB nacional e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tucuruí. No entanto, essa experiência não gerou resultados positivos do ponto de vista político da organização. Assim, a reestruturação do MAB ocorreu apenas em 2003. Atualmente, cerca de 3.500 famílias residem nas ilhas do lago da barragem. Para a liderança:

O MAB é um movimento que se dedica à preservação da vida, do meio ambiente e ao desenvolvimento econômico sustentável, em contraposição aos impactos negativos das barragens. Ele critica a disparidade entre os subsídios concedidos para energia e as compensações recebidas pelas comunidades afetadas. O foco está em projetos que promovam geração de emprego e melhoria na qualidade de vida, priorizando direitos acima de tudo (ODERCIO MONTEIRO, representante do MAB Tucuruí, 10/05/2024).

A construção da barragem atraiu muitas pessoas para Tucuruí, mas com o término da obra, essas pessoas ficaram desempregadas, e agora, junto com as famílias atingidas, formam milhares de famílias sem-terra. Como resultado, Tucuruí tem hoje cerca de 100 mil habitantes, com alto desemprego, violência e prostituição infantil.

Os atingidos por barragens, organizados no MAB Tucuruí, realizam assembleias para denunciar as violações de direitos humanos que sofrem, além de ocupar instituições ligadas ao Estado e empresas do ramo energético. No entanto, as lideranças do MAB na região estão sendo ameaçadas de morte por grupos de madeireiros e falsos sindicalistas que se opõem à organização do povo.

Segundo a coordenação regional do MAB, os motivos que levam as pessoas a se mobilizarem incluem o deslocamento da população na área de inundação e sua realocação devido a uma praga de mosquitos *Mansonia*, o desaparecimento da pesca que tradicionalmente sustentava a população local, os efeitos adversos na saúde devido à malária e à contaminação por mercúrio, e o deslocamento de grupos indígenas, como os Parakanã, Pucuruí e Montanha. Para a coordenação:

A atual administração enfrenta críticas por seu posicionamento em relação ao meio ambiente, prejudicando o apoio financeiro internacional anteriormente recebido. Isso afetou negativamente as atividades do MAB, que anteriormente contava com recursos de organizações internacionais para projetos de educação e outras áreas. O movimento agora depende exclusivamente de contribuições mensais para se manter, o que tem impactado sua capacidade de funcionamento (ODERCIO MONTEIRO, representante do MAB Tucuruí, 10/05/2024).

De acordo com a coordenação, o MAB regional está centrado em um plano que busca estabelecer uma sociedade de natureza socialista. Em relação à percepção da democracia no Brasil, o movimento mantém uma visão unificada: os direitos que sustentam a democracia são vistos como promessas vazias, não cumpridas, e essa é uma das principais motivações do movimento.

O processo de liderança no MAB começa na base, com grupos de 10 famílias, cada um liderado por três coordenadores: um homem, uma mulher e um jovem, visando diversidade e troca de conhecimentos. Os coordenadores mais ativos são selecionados para a coordenação municipal, escolhidos com base em habilidades e disponibilidade. Em seguida, há a coordenação regional, responsável por vários municípios, e a coordenação estadual, composta por representantes de diferentes municípios. Os coordenadores estaduais são então selecionados para a coordenação nacional (ODERCIO MONTEIRO, representante do MAB Tucuruí, 10/05/2024).

A base ideológica do MAB local segue a mesma orientação da organização nacional, expressa principalmente no texto do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes [...]”

O MAB, inicialmente conhecido como Comissão dos Atingidos da Hidrelétrica de Tucuruí, foi formado em 1991 pela CPT, reunindo atingidos de várias barragens do país. Seu surgimento se deu devido à falta de compromisso do governo em atender às demandas dos afetados. Desde então, sua principal luta é pelos direitos dos atingidos, como moradia e terras perdidas. O MAB também defende um novo modelo energético para o Brasil, baseado em interesses públicos em detrimento do lucro privado. A privatização da energia é criticada, pois prejudica o acesso da população e compromete a soberania nacional (ODERCIO MONTEIRO, representante do MAB Tucuruí, 10/05/2024).

Em termos de sua organização hierárquica a coordenação local admite que é centralizada na direção nacional, seguida de coordenações nacionais e estaduais e na sequência as coordenações municipais, entre as quais há um vínculo de responsabilidades e participação das organizações locais nas tomadas de decisão.

As articulações entre o MAB nacional e o MAB local são vitais para o movimento. O MAB nacional é fundamental para a força e expressão do movimento regional, pois possibilita o acesso a recursos e promove articulações políticas que impulsionam as ações do MAB local (ODERCIO MONTEIRO, representante do MAB Tucuruí, 10/05/2024).

Apesar das aparências de desenvolvimento regional, as comunidades nas ilhas formadas pelo reservatório da usina ainda sofrem com a falta de eletricidade, mesmo após quase três décadas desde a conclusão da barragem. Em março de 2007, cerca de 600 famílias, cansadas da persistente situação, organizaram-se pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e Via Campesina e ocuparam a hidrelétrica. Essa ação demonstrou bravura, resistência e, acima de tudo, esperança em conquistar terra para cultivar, acesso à educação, saúde e outros elementos essenciais para uma vida digna. Representou a esperança de recuperar o que lhes foi tirado devido à construção da obra. Para a liderança, a busca por direitos pode ser resumida na seguinte passagem:

Em 2004, o MAB realizou uma marcante marcha de Goiânia a Brasília, percorrendo 217km em 17 dias, não apenas pela distância, mas também para realizar atividades de panfletagem e explicação ao longo do caminho. Durante a ocupação do Ministério da Fazenda em Brasília, conseguiram conquistas importantes, como cestas básicas e programas de alfabetização. Posteriormente, em 2010-2011, obtiveram acesso a programas como o de construção de cisternas, semelhantes às do Nordeste, e projetos de produção de peixes em tanques-rede, com apoio da Eletronorte. A cooperativa envolvida no projeto de peixes obteve sucesso na produção e venda para o governo federal, beneficiando tanto pescadores quanto comunidades locais. Além disso, o MAB tem parcerias com faculdades em diferentes regiões, permitindo que filhos de atingidos tenham acesso à educação superior em áreas como Direito, Agroecologia e Pedagogia (ODERCIO MONTEIRO, representante do MAB Tucuruí, 10/05/2024).

As demandas para acesso à energia pelos afetados incluem tarifas sociais para famílias de baixa renda, energia acessível e de qualidade, combate à cobrança indevida de impostos, como iluminação pública em áreas não atendidas, manutenção da agência da Celpa em Tucuruí, isenção do pagamento de energia e solução dos problemas sociais e ambientais dos afetados. Além disso, buscam resolver desafios enfrentados por pescadores e famílias atingidas pela explosão da eclusa, implementar o Plano de Desenvolvimento Econômico e Social para as Famílias Atingidas (PLANDESCA) e estabelecer um convênio entre Eletronorte e MAB para capacitação dos afetados por barragens.

A situação dos afetados em Tucuruí envolve o não reassentamento de várias famílias, desvio das indenizações previstas e falta de reconhecimento de grupos, como os pescadores, como afetados. A Eletronorte agora está começando a estudar esse problema, mas muitos afetados foram prejudicados por corrupção e falta de alfabetização. Além da barragem, duas eclusas foram finalizadas para permitir a navegação no Rio Tocantins, facilitando o transporte de grãos e minério de ferro para exportação. O contrato para sua construção, assinado entre o DNIT, Eletronorte e o Consórcio Camargo Corrêa, tem o valor de R\$ 440 milhões. As eclusas, conectadas por um canal intermediário de 5,5 quilômetros, possibilitarão a navegação no rio (ODERCIO MONTEIRO, representante do MAB Tucuruí, 10/05/2024).

Famílias afetadas pelas obras das eclusas em Tucuruí ainda não receberam indenizações adequadas, com casos de compensação tão baixos quanto R\$ 84,00. A Eletronorte não está cumprindo os acordos estabelecidos, levando os afetados a protestarem novamente. Cerca de 5.700 famílias aguardam indenizações há mais de 20 anos. Autoridades

responsáveis pelo Programa Luz para Todos e representantes do Ministério dos Transportes se recusam a receber o MAB para discutir as pendências acordadas durante as manifestações.

Os atingidos acusam a empresa responsável pelas obras, a Camargo Corrêa, de obter lucros significativos às custas de suas perdas. Sentem-se abandonados pelo governo, recebendo apenas migalhas enquanto a empresa prospera. Odercio Monteiro, representante do MAB Tucuruí, enfatiza que a mobilização contínua é crucial para pressionar a empresa a cumprir seus compromissos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi investigar a relação em termos de articulação política entre o MAB Nacional e o MAB da Região do Entorno do lago de Tucuruí. Para isso, realizamos um estudo de campo e revisão bibliográfica sobre a atuação do MAB na região do entorno do lago de Tucuruí.

O tema dos movimentos sociais possui uma natureza política inerente. Nossos estudos teóricos sobre Política e Movimentos Sociais nos proporcionaram uma compreensão mais profunda desse domínio, concluindo que a Política constitui um conjunto de iniciativas, diretrizes e decisões voltadas para atender demandas e está intimamente ligada ao exercício do poder. Segundo Valéria Silva (1999), em seu trabalho “O movimento nacional de direitos humanos e a questão da violência institucionalizada (1986-1996)”, os movimentos sociais desempenham um papel crucial como expressão política e representam importantes instrumentos de pressão política e promoção da cidadania.

A atividade política do MAB é vista como uma iniciativa que promove demandas cidadãs e, nesse contexto, busca fornecer “serviços sociais” ao reconhecer os danos causados pelos grandes projetos e ao enfrentar desafios políticos. O propósito político do projeto é garantir os direitos sociais dos afetados, utilizando como base as leis que respaldam sua causa, com o objetivo de reunir essas pessoas para que possam participar de forma mais engajada na vida da comunidade.

Baseado nas observações realizadas, o MAB regional reflete a abordagem adotada pelo MAB nacional desde a definição de seus princípios e reivindicações. Além disso, outra indicação relevante dessa condição é o suporte que o MAB oferece a outros movimentos sociais na busca pela concretização dos direitos já adquiridos, assim como na promoção de novas políticas para aqueles afetados por barragens no país.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Aline Reis de Oliveira. Os territórios protegidos e a Eletronorte na área de influência da UHE de Tucuruí PA. **Dissertação de mestrado**. Pós-graduação em geografia, Belém, 2009.

BOBBIO, Norberto, 1909- **A era dos direitos** / Norberto Bobbio; tradução Carlos Nelson Coutinho; apresentação de Celso Lafer. - Nova ed. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

FILHO, João Carlos Meirelles. **O livro de ouro da Amazônia**. Rio de Janeiro – 5º edição: Ediouro, 2006.

GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1990. p.90.

LOCATELLI, C; ROCHA, H.J. Influência e efetividade do empreendedor e do MAB sobre as decisões de remanejamento pelos atingidos por hidrelétricas. In: Democracia Local, Capital Social e Qualidade de Vida: O Caso dos Atingidos por Barragens no Brasil - BAQUERO, M; PASE, H (Org.) - **Editora da UFRGS**, 2013.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS – MAB. 2013. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br>.

Movimento dos Atingidos por Barragens. Curso de Formação de Militantes. MAB: Uma História de Lutas. Desafios e Conquistas. **Caderno nº 7**.

MONTEIRO, Odercio. **Representante do MAB em Tucuruí**: depoimento [maio, 2024]. Entrevistadora: Miranda, Iglese. Tucuruí – PA, 2024.

NASCIMENTO, A. C.; ALVES, S. A.; MESQUITA, H. A.; MENDONÇA, M. R.; AVELAR, G. A. **Do Global ao Local a Luta se Faz**: A Territorialização do Movimento dos Atingidos por Barragens no Vale do Atingidos por Barragens no Vale do Rio São Marcos. Pegada. vol. 4 n. 2. São Paulo. 2003.

ROCHA, Gilberto Miranda. **Cidade empresa na Amazônia**: Gestão do território e desenvolvimento local em Belém: Paka-tatu, 2002.

SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994a.

SILVA, Valéria Getulio B. O movimento nacional de direitos humanos e a questão da violência institucional. **Dissertação de mestrado**. Universidade Nacional de Brasília, 1999.